

## **PESCA EM PIRAMBU-SE: MEMÓRIAS E RELATOS**

Gicélia Mendes da Silva  
DGE/PRODEMA/GEOPLAN/UFS; LACTA/UFF  
gicamendes@ufs.br

### **Introdução**

Pirambu, município litorâneo do Estado de Sergipe, mesmo quando pertencente à categoria de povoado, já atraía veranistas que lá permaneciam nos períodos mais quentes do ano. A presença constante destes veranistas interferiu nos costumes locais uma vez que, no período de permanência na cidade, necessitavam abastecer-se de alimentos. Como a preferência por produtos oriundos do mar era crescente, a demanda do pescado impulsionou a população local a empenhar-se, cada vez mais, na atividade pesqueira, o que ocasionou o surgimento da atividade pesqueira industrial, que passou a conviver com a pesca artesanal. Considerando estas particularidades, este artigo pretende resgatar a memória do surgimento da pesca industrial em Pirambu-SE, baseando-se nos estudos que desenvolvi em minha dissertação de mestrado intitulada O município de Pirambu e a atividade pesqueira (SILVA, 1995) e nas entrevistas que realizei com o Sr. Etienne Poncin entre os anos de 1994 e 1995. Com este resgate desejo suscitar a demanda por novas investigações a respeito da temática no município de Pirambu e em outras áreas pesqueiras do Estado de Sergipe.

### **Memórias da pesca em águas rasas: as redes e a cooperação**

A procura pelo pescado era crescente e, como os habitantes pescadores não dispunham de capital para aquisição das redes necessárias à pesca, estas eram adquiridas pelos veranistas que mantinham parcerias com os pescadores locais para a divisão da produção. O rateio ocorria da seguinte forma 50% iam para o veranista, dono da rede, e os 50% restantes eram divididos entre os pescadores.

Esta situação perdurou por algum tempo até que alguns pescadores envolvidos neste sistema de parceria começaram vislumbrar a aquisição de uma rede que fosse de uso comum apenas dos pescadores. Segundo depoimento do Sr. Etienne Poncin,

conhecido como Estêvão, ex-padre e um dos fundadores da Associação, a movimentação dos pescadores neste sentido, ocorreu da seguinte maneira:

a comunidade começou a pensar assim: se podia pescar com a rede do veranista, então seria interessante uma rede comum para poder, justamente, cada um envolver-se com a despesa da rede e manter esta rede trabalhando na beira da praia (Entrevista, agosto, 1995).

Este desejo de aquisição de uma rede de pesca para uso comum dos pescadores foi realizado por meio da paróquia de Japaratuba, via recursos vindos da Bélgica, que entrou com o primeiro capital para a compra da rede e de outros equipamentos de base. Segundo o depoente, os recursos originaram-se, também, de doações de parentes e amigos de Charles Watrin, um economista Belga que, à época, trabalhava na Cooperativa Agrícola Jardim, em Japaratuba-SE, e que, após conhecer e envolver-se no projeto resolveu instalar-se no município. A partir da aquisição da primeira rede, o Sr. Charles Watrin reuniu um grupo de pessoas interessadas em participar da atividade de pesca dando início a esta primeira experiência. A partir deste momento o Sr. Charles Watrin passou a envolver-se mais diretamente com a comunidade pesqueira do município. Na época havia um processo migratório intenso, principalmente para as cidades do sudeste-sul do país e, segundo relatos, este fato despertou no Sr. Charles o desejo de evitar a saída em massa de homens desejosos de trabalho, incentivando-os a participar da atividade pesqueira.

O trabalho inicial de conscientização do grupo de vinte pescadores em relação à propriedade comum da rede foi bastante difícil porque o sistema de um bem comum a todos era novidade para o pescador pirambuense. Dadas as características individualistas que, por vezes, esta atividade, apresenta segundo o Sr. Estêvão,

No máximo ele divide com duas, três pessoas a atividade: mas o normal do pescador é ser um pouco individualista. Aí ele descobriu que realmente o trabalho ia ser organizado e iam trabalhar juntos, dividindo os custos, dividindo as alegrias e também as mazelas, ou seja, as dificuldades. (Entrevista, agosto, 1995).

O trabalho cooperado teve início por volta de 1974 e, durante aproximadamente um ano e meio, praticaram a pesca com a rede na praia. Saíam do litoral norte do município e vinham até a cidade de Pirambu, seguindo a correnteza que beira o litoral no sentido norte-sul. Este trajeto era executado todos os dias. Neste período dispunham de um jipe com reboque, que levava os pescadores, uma canoa e uma rede até o ponto de saída que dista, aproximadamente, 40 km da cidade.

Eles possuíam uma canoa e uma jangada, mas que se mostraram pouco eficientes para o transporte da rede que era bastante pesada e possuía mais de 100 metros.

Segundo relatos, o trabalho comunitário funcionou. Isso levou as pessoas envolvidas a pescarem todos os dias durante o ano inteiro. O produto desta pescaria era rateado entre os pescadores que o utilizava para a alimentação e venda dos excedentes às pessoas da comunidade.

Segundo os pescadores, o resultado da pescaria começou a “sobrar” e a partir de então se procurou um mercado consumidor fora dos limites municipais. No primeiro momento buscaram os mercados de Aracaju-SE e Maceió-AL. A partir de então o retorno econômico dos investimentos começou a acontecer. Espécies ictiológicas mais nobres eram destinadas à venda, enquanto o restante servia para a alimentação dos pescadores.

Após dois anos de atividade a pesca passou a ter importância não somente como um meio de conseguir alimento para a família e a comunidade local mas também como um sistema organizado capaz de abastecer centros urbanos de maior expressão populacional. O retorno quantitativo e qualitativo da produção mostrou que a área possuía potencial para uma exploração mais intensiva e possibilidades de maiores investimentos na atividade. Assim, a economia de mercado já existente penetrou mais intensamente no setor. A pesca deixou de estar basicamente voltada para a subsistência e, paulatinamente, foi sendo direcionada ao mercado consumidor.

De início, os meios de produção considerados rudimentares exigiam pequenos investimentos, mas não davam o retorno financeiro esperado e não possibilitavam a extração dos recursos que a área de pesca podia oferecer. Segundo o entrevistado, nesta época, o investimento financeiro era muito pequeno, “era mais em cima da comunidade”, empregava-se no trabalho de conscientização do pessoal, procurando mantê-los unidos. Durante estes primeiros anos de cooperação mútua aconteceram acordos e desacordos que levaram a algumas mudanças na formação do grupo, mas que não interferiram no andamento do projeto inicial.

### **Relatos da pesca em alto mar: os barcos, o gelo e as associações**

Em 1976 o grupo de pescadores comprou o primeiro barco a motor. Esta nova aquisição foi realizada pelos pescadores que desenvolviam a pescaria em águas rasas. O

grupo não tinha nenhuma experiência com a pesca em águas profundas. No início, por conta da falta de experiência neste tipo de pesca, o retorno não era satisfatório. Como não tinham autonomia financeira, contava, em grande parte, com doações de entidades religiosas de fora do país. Segundo Estevão,

Dava porque a gente ficava por traz disso, arrumava um dinheiro lá na Bélgica pra comprar, por exemplo, gasolina pra ir pra praia todo dia, pra comprar uma caminhonete pra ir pra Maceió. Praticamente era um projeto que ainda não tinha autonomia. Era muito dependente. (Entrevista, agosto, 1995)

Como o retorno econômico do empreendimento ainda não ocorria de modo satisfatório, decidiram procurar uma maior lucratividade aumentando o período de pesca. Em vez de passarem o dia inteiro na pesca, passaram a pescar também durante a noite. Nesta fase o projeto conquistou maiores rendimentos econômicos, uma vez que estava havendo aumento do quantitativo pescado e, também, a captura de espécies de maior valor comercial.

A utilização do barco a motor e o aumento do tempo de pesca permitiram um aumento de produção. O ano de 1976 é considerado um marco no desenvolvimento do setor pesqueiro da área. Esta primeira embarcação motorizada, apesar de oferecer os retornos desejados, apresentava um problema: a ausência do domínio da mecânica do motor do barco pelos pescadores. Passando tanto tempo em alto mar, o motor precisava de reparos que os pescadores não sabiam executar. Foi então que o Sr. Charles Watrin, conhecedor do trabalho desenvolvido pelo Sr. Estêvão em uma cooperativa agrícola no município de Nossa Senhora da Glória-SE, o convidou para concertar o motor do barco de Pirambu. São palavras dele:

Ai vim na comunidade. Não conhecia. A gente montou um grupo de pescadores, os mais interessados começaram a encostar, pegar uma chave de fenda... a gente desmontou o motor, montamos, arranjamos peças e a embarcação começou a transitar mar adentro. (Entrevista, agosto, 1995)

Com a aquisição do motor, surgiu a dependência da assistência técnica necessária para se manter a embarcação funcionando. A partir desta fase o Sr. Estêvão, a convite dos pescadores e do Sr. Charles, passou a viver na comunidade, envolvendo-se também no projeto, ajudando no encaminhamento do mesmo, já que havia perspectivas de ampliação.

Dentro destas perspectivas vislumbravam a construção de uma fábrica de gelo que seria mais um acontecimento a permitir o crescimento e incremento da atividade.

Em 1977 a primeira fábrica de gelo foi adquirida via SUDEPE (Superintendência de Desenvolvimento da Pesca) através da transferência dos equipamentos de uma fábrica de gelo da Colônia de Pesca de Propriá-SE que estava desativada. Esta primeira fábrica produzia duas toneladas de gelo por dia, o que rapidamente passou a ser considerado insuficiente para suprir a demanda. Mesmo com esta restrição de produção a fábrica de gelo foi um fator decisivo que contribuiu para que a captura e comercialização do pescado passassem a ser mais dinâmicas, além de garantir a qualidade da produção.

Com a embarcação a motor, diminuiu-se a quantidade de homens trabalhando na atividade. Anteriormente, quando se pescava na beira da praia, eram necessários de 16 a 20 homens para puxarem a rede. Com o trabalho em alto mar, em uma embarcação de 12 metros, como a utilizada em Pirambu, não eram necessários mais do que três. Além disso, houve também um processo seletivo de mão-de-obra porque, para passar entre 48 e 72 horas embarcado era preciso gozar de boa saúde, entre outros requisitos.

No ano de 1977, foi comprada a segunda embarcação conhecida como “O céu azul II”. Antes de sua utilização os pescadores deslocaram-se para o litoral alagoano à procura de conhecimentos acerca da atividade pesqueira lá desenvolvida, a prática da pesca de arrasto de fundo. Os pescadores resolveram investir neste tipo de pesca no litoral sergipano e verificar se na área existia camarão. Verificaram o potencial camaroeiro da área e detectaram haver possibilidade de exploração comercial com possibilidades promissoras de retorno econômico.

Atraídos pela oportunidade de melhores ganhos pessoas de fora da comunidade, especialmente veranistas, começaram a se interessar pelo investimento. Segundo Estêvão,

Quando começamos a trazer camarão em terra, o pessoal que vinha veranejar aqui, normalmente eram pessoas de Aracaju, começaram a achar a coisa interessante, porque eles notaram que, realmente, a pescaria comercialmente falando, era possível pois teria um retorno do investimento, aí, os veranistas, começaram a comprar barcos. (Entrevista, agosto, 1995)

Nos anos de 1978-79 já existiam em Pirambu quatro barcos operando, quase que totalmente, na atividade do camarão. Os barcos adquiridos por veranistas eram administrados por pessoas da comunidade que recebiam por este serviço. Neste tempo começou a aparecer uma relação de trabalho com a presença do empregado e do patrão, já que o veranista, o dono do barco, não ia à pescaria. A partir de então se percebe um desvirtuamento do projeto uma vez que pessoas de fora da comunidade passaram a

investir capital na área e auferir os lucros. O pescador passa a ser única e exclusivamente o empregado sem poder de decisão sobre os encaminhamentos e rumos da atividade.

Com as mudanças começa-se a exigir do pescador uma especialização na atividade passando-se para um envolvimento mais profissional. O que antes era produzido com o fim único de gerar alimento e renda passa a ser voltado, essencialmente, para a comercialização. Se antes os pescadores eram donos de seus instrumentos de trabalho dividindo os lucros e os prejuízos da atividade, agora estavam sujeitos às deliberações de uma minoria envolvida no processo decisório.

Com o aumento do número de embarcações, surge a necessidade de infraestrutura de apoio em terra capaz de atender às necessidades de todos, começando com a estocagem, fator que facilitaria a aquisição de insumos oriundos de Aracaju. Com quatro barcos operando a oferta de pescado, basicamente do camarão, aumentou. Daí a produção tinha que ser levada a Aracaju às pressas para que fosse comercializada a qualquer preço. Segundo o Sr. Estêvão, para sanar tal problema os pescadores recorreram ao governo do Estado e às instituições responsáveis pelo direcionamento do setor, inclusive SUDEPE, mas não conseguiram recursos suficientes para a construção do terminal pesqueiro que serviria de base, em terra, para as embarcações.

Devido a este entrave e para minorar as consequências o Sr. Estêvão e o Sr Charles, 1977, foram à Holanda apresentar um projeto de um terminal pesqueiro que deveria ser implantado em Pirambu. O projeto visava à autonomia no processo de abastecimento dos barcos que, até então, era basicamente feito via Aracaju e autonomia na comercialização do pescado, assim como apoio em terra. Em 1978 a Holanda enviou uma resposta favorável. Após analisar o trabalho desenvolvido na comunidade pelos idealizadores do projeto o recurso foi liberado pelo governo holandês.

A implantação do terminal pesqueiro no local onde se encontra atualmente gerou conflitos com a comunidade residente nas proximidades, uma vez que a área já era ocupada também por veranistas que viam a construção do terminal como ameaça à tranquilidade do lugar. Os veranistas tentaram embargar o projeto e isto custou um ano de espera por deliberações judiciais. O prefeito da época estava indeciso sobre a questão e a decisão final ficou a cargo da capitania dos portos de Sergipe que o convenceu da importância de um projeto desta ordem para a comunidade.

O objetivo dos idealizadores do projeto era formar uma associação de pescadores e donos de barco. A associação não possuiria fins lucrativos e visava

proporcionar o crescimento da atividade, subsidiando aos associados os instrumentos e insumos necessários para o desenvolvimento da atividade, principalmente o gelo. Os associados pagavam pelos serviços utilizados valores correspondentes ao montante usado. Para o Sr. Estêvão, este foi um ponto positivo do projeto porque “aqueles que usavam mais, pagavam mais”. A associação não se envolvia na comercialização do pescado sendo esta de inteira responsabilidade do dono do barco.

Entre 1980 e 1981 o terminal foi construído. Nele foram instalados uma fábrica de gelo, duas câmaras frigoríficas, uma oficina, um escritório, uma sala de tratamento do pescado, banheiros e um galpão para manuseio do camarão. A inauguração oficial ocorreu em 1984 e contou com a presença do idealizador Charles Watrin que, na época, não mais residia na comunidade. A viagem da Bélgica foi financiada pela comunidade que o homenageou dando ao terminal o nome do seu genitor Louis Watrin.

A associação de pescadores tornou-se uma firma comercial chamada Pirambu Pesca para que pudesse assumir a administração do terminal. Com a saída, em 1981, de Charles e Estêvão a administração do projeto ficou a cargo de pessoas da comunidade. Por algum tempo, tudo correu conforme o esperado. Até 1981 existiam aproximadamente cinco barcos em atividade. A estrutura em terra estava sendo suficiente para atender a este número. A partir da saída do Sr. Estêvão, surgiram algumas modificações.

Nesta época, chegaram a Pirambu cerca de 50 barcos vindos do Ceará, por conta da crise da Lagosta. Chegando a Pirambu encontraram, segundo eles, um bom lugar já que havia toda uma estrutura montada em terra e, principalmente, grande oferta de camarão. Daí em diante a filosofia do projeto começou a ser perdida. Este já se encontrava superado por conta do aumento expressivo de embarcações e também porque começaram a existir problemas no oferecimento dos serviços. O que foi idealizado e estruturado para prestar serviços de apoio à comunidade pesqueira passava a ser, essencialmente, uma firma comercial comandada por oito ou dez pessoas associadas que gerenciavam o projeto, mas que se desentendiam. Tal situação afetou o andamento do projeto, prejudicando o modelo inicial. O gelo passou a ser vendido a preços elevados e a associação passou a intermediar toda a atividade, inclusive a comercialização.

Firmas de Pernambuco emprestavam dinheiro para a pescaria do camarão e, em troca, obrigavam o pescador a vender o produto da pesca aos credores. A continuidade desta prática colocou os pescadores numa situação de dependência constante. As

insatisfações generalizavam-se e apenas um pequeno grupo beneficiava-se da situação. Aproximadamente quatro anos depois da inauguração do terminal, Estevão resolveu voltar e decepcionou-se com o rumo que o projeto havia tomado. Algumas pessoas da comunidade e pescadores começaram a instigá-lo e questioná-lo a respeito de sua opinião a respeito da situação já que ele havia sido um dos idealizadores do projeto. Entre 1984-85 alguns membros da comunidade tentaram encontrar uma solução para a retomada dos princípios que norteavam o projeto através de financiamentos de órgão federais, a fim de reformar e construir novos barcos. Para tanto, precisavam estar vinculados a alguma associação ou pertencerem a alguma colônia mas o grupo que assumia o controle da Firma Pirambu Pesca não estava abeto a negociação e nem à entrada de novos integrantes. Diante deste quadro é fundada a ASPP (Associação de Pescadores de Pirambu) que tinha pretensões de retomar o rumo do projeto inicial colocando uma associação, novamente, a serviço da comunidade.

O Banco do Brasil, através do Sr. José Raimundo Moura Gonzaga, auxiliar do SETOP, sugeriu como única solução para a concessão do investimento, a criação de outro tipo de associação ou empresa, a fim de terem um órgão capaz de intermediar suas reivindicações junto ao Banco do Brasil. Desse modo, em 1986, foi fundado o CONDEPI (Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Pirambu) que, na realidade, funciona como associação. O CONDEPI contou com a participação inicial das seguintes entidades: Associação de Pescadores de Pirambu, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pirambu, Santos Futebol Clube e Guarany Futebol Clube.

A primeira e principal meta do CONDEPI foi a aquisição de uma nova fábrica de gelo. Pela importância que a fábrica possuía para suporte à atividade, o investimento foi concedido pelo FUNDEC (Fundo de Desenvolvimento Comunitário) e, em 1988,. A fábrica foi inaugurada. A prefeitura de Pirambu cedeu o terreno e, através do Projeto Nordeste, houve o financiamento do cais. Segundo o Sr. Estêvão,

As pessoas começaram a ajudar e, devagar, passaram a ser donos de sua mercadoria. Acho que a liberdade é o bem sagrado do homem. A Associação fornecia os insumos da pesca, mas não se envolvia na comercialização. Ele tinha que somente cumprir com suas obrigações para com a Associação. As pessoas do Ceará começaram a se fixar com casa própria. Os intermediários, devagar, começaram a quebrar. (Entrevista, agosto, 1995).

A infraestrutura oferecida em terra pela associação permitia ao pescador, dono-de-barco, possuir maior poder de barganha na comercialização. Com o gelo a



importância do intermediário foi reduzida, uma vez que a condição de dependência, aos poucos, deixava de existir. O pescador não precisa mais vender o produto a qualquer um e a qualquer preço com medo que o mesmo perecesse rapidamente.

Com a retomada do projeto o processo de profissionalização do pescador ampliou-se e ele continuou, assim mesmo, sendo um “proletário do mar” (DIEGUES, 1983).

A atividade pesqueira em níveis comerciais exige muito tempo, tanto do pescador, quanto dos demais atores que nela estão envolvidos. Começou a ocorrer um novo redirecionamento, um novo processo seletivo das pessoas envolvidas na atividade, inclusive, com a saída de veranistas que possuíam barcos de pesca. A participação da comunidade na atividade passou a ser cada vez mais ativa. Com o gelo pessoas da comunidade passaram a beneficiar o camarão, principalmente mulheres.

Na época, como o terminal de pesca de Aracaju encontrava-se paralisado. Diante da necessidade de barcos grandes aportarem em Sergipe, o CONDEPI solicitou ao IBAMA o uso do referido terminal. Desse modo, em 1981, o CONDEPI assumiu a administração do terminal de Aracaju por cessão de uso de cinco anos, tendo sido renovado por mais cinco. Em Aracaju, conseguiram adquirir um telefone com recursos do CONDEPI, o que foi fundamental para facilitar o contato com as redes de comercialização.

Em 1992, a fábrica de gelo em Aracaju foi ampliada e os donos de barco passaram a acumular mais capitais e adquirir mais embarcações. A integração entre o entreposto de Aracaju e Pirambu possibilitou, nos períodos de maior safra de camarão em um ou noutro local, o deslocamento tanto de gelo e de mão de obra para suprir necessidade dos dois entrepostos. Esta integração tornou-se mais fácil após a pavimentação da rodovia estadual SE-204 que facilitou o transporte e tornou a atividade mais dinâmica. Em Pirambu houve também um incremento do fluxo de pessoas vindas da capital e, conseqüentemente, maior procura do pescado. A rodovia pavimentada encurtou o tempo de transporte do produto atraindo, novamente, intermediários que poderiam transportar o pescado fresco, apenas resfriado. Os compradores não vinham apenas da capital ou de outros Estados, mas também de municípios vizinhos como Japaratuba, Capela, Carmópolis.

Por conta da retomada do projeto, presenciou-se em Pirambu a proletarização do pescador que se viu distanciado do poder decisório relacionado à atividade. A filiação à associação propiciou apenas a esperança de um dia possuírem a própria embarcação, já

que os financiamentos concedidos por órgãos públicos exigiam, dentre outros requisitos, que o pescador fosse filiado a uma entidade de classe.

Novas necessidades passaram a fazer parte dos anseios da população local. A presença maciça dos meios de comunicação que unificam, uniformizam as culturas e a presença constante de veranistas, principalmente oriundos da capital do Estado, criaram na comunidade local hábitos e costumes que de um estilo de vida urbano. Assim, surgiu a necessidade de adquirirem maiores rendimentos em menor tempo. Através da agricultura, o tempo de espera era muito maior. Assim é que, a população do município, ansiosa por ter dinheiro em menor espaço de tempo utilizou o sistema pesqueiro como forma de sobrevivência, na tentativa de conseguir melhores condições de vida.

### **Considerações finais**

Em meio a esta trajetória de construção do modelo pirambuense de pesca, sobreviveram no município dois tipos de pescadores: um representado por aqueles que permaneceram com suas atividades agrícolas nas áreas interioranas do município, praticando a pesca nos rios, riachos e lagoas e outro representado por aqueles que passaram a se dedicar, exclusivamente e cotidianamente, à atividade pesqueira. Esta dedicação exclusiva à atividade decorreu de todo um processo de instalação da pesca como atividade de produção capitalista, através da criação de pescadores e de firmas que tiveram como objetivo a geração de empregos e de assistência aos profissionais da pesca, dentre outros objetivos não explorados nos limites deste trabalho.

O desenvolvimento da pesca de alto mar esteve relacionado, diretamente, à iniciativa de um grupo de pessoas orientadas pelos belgas Etienne Poncin (Estêvão) e Charles Watrin que iniciaram uma investida na atividade visando desenvolver o setor pesqueiro no município através da conscientização dos pescadores e da instalação de uma Associação. Fica evidente que o crescimento da atividade em Pirambu contou com o associativismo dos pescadores como um motor propulsor do desenvolvimento da pesca em níveis comerciais.

Esta retomada das memórias e relatos dos momentos vividos pelos pescadores de Pirambu deseja ser um incentivo a estudos sobre a atividade pesqueira em Sergipe. Pirambu ainda é um importante pólo pesqueiro de Sergipe, mas a atividade carece de maior atenção por parte dos órgãos de fomento e de planejamento.

### **Referências bibliográficas**

DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Ana. **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar**. São Paulo: Ática, 1983.

SILVA, Gicélia Mendes da. **O município de Pirambu e a atividade pesqueira**. 1995. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão-SE, 1995.